



AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR ALEXANDRO FURQUIM, PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – TRT9.

Pregão Eletrônico nº 90022/2025.

**COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.181.242/0001-91, com sede na Rua Comendador Roseira, nº 352, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP 80.215-210, doravante denominada 'Recorrida' ou simplesmente 'COMPWIRE', comparece, respeitosamente, com fulcro no Item 12 e seguintes do Edital, por meio de seu representante legal ao final subscrito, para oferecer as presentes

## **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

movido pela AIDC TECNOLOGIA LTDA, doravante denominada 'Recorrente' ou simplesmente 'AIDC', em face da declaração de vencedora operada em favor da COMPWIRE no curso do Pregão Eletrônico nº 90022/2025, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

### **I. Breve Síntese Processual:**

1. O Edital de Pregão Eletrônico 90022/2025 tem como objeto o *“Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack”*.

2. Após a Sessão Pública de Pregão, a COMPWIRE apresentou a proposta mais vantajosa para o certame. Ato contínuo, apresentou toda a documentação de qualificação nos moldes exigidos pelo Edital, sagrando-se corretamente vencedora do Lote após sua habilitação.

3. Vale dizer que sua declaração de vencedora foi objeto, ainda, de diligências pretéritas para a comprovação de funcionalidades ora questionadas em recurso administrativo, que foram devidamente comprovadas e levaram à escoreita declaração de vencedora da ora Recorrida.

4. Não obstante, irresignada com o resultado, a licitante AIDC TECNOLOGIA LTDA manejou Recurso Administrativo, aduzindo o suposto não atendimento e ausência de comprovação das funcionalidades listadas nos itens 17.11.25, 17.13.1.6 a 17.13.1.8 e 17.13.8.1, do Termo de Referência do certame em voga.

5. Ocorre, no entanto, que as razões de recurso da AIDC não merecem prospero, haja vista que a exigência de garantia e suporte técnico pelo fabricante restaram devidamente apresentados e supridos por parte da COMPWIRE, conforme passará a ser demonstrado.

## **II. Comprovação de adequação e atendimento da solução ofertada em relação à experiência do usuário – Item 17.11.25 do Anexo:**

6. A recorrente apresenta argumentação afirmando que a solução Huawei iMaster NCE-Campus/CampusInsight não atenderia ao item 17.11.25 do edital, que dispõe que a solução de gerenciamento de rede deve medir a experiência do usuário e permitir a instalação de hardware ou software em pontos da rede definidos pela Administração.

7. Entretanto, ao longo de suas alegações, a Recorrente interpreta de forma restritiva e inadequada o que o edital exige, além de assumir como obrigatoriedade características que o Termo de Referência não impõe, buscando criar uma incompatibilidade inexistente.

8. A seguir, fica demonstrado os equívocos na argumentação apresentada e restabelecemos a correta compreensão do requisito. Assim alega a Recorrente acerca da suposta não comprovação das funcionalidades do Termo de Referência, no tópico 22 de sua petição:

22. Não há, portanto, “sondas ativas” ou agents instalados nos terminais (estações de trabalho dos usuários) ou em pontos independentes gerando medições dedicadas. Essa abordagem se limita a uma monitoração passiva, dependendo do tráfego existente e dos pontos de coleta fornecidos pelos aparelhos Huawei.

9. A recorrente tenta induzir o entendimento de que o item 17.11.25 necessariamente exigiria a implementação de “sondas ativas”, agentes instaláveis em estações de trabalho, e ferramentas externas para medições ativas fora da infraestrutura do fabricante.

10. Contudo, o edital não determina que a solução deve obrigatoriamente utilizar sondas externas, nem exige arquitetura específica ou modelo único de obtenção dessas métricas.

11. O texto do TR estabelece “possibilitar a instalação de hardware ou software em pontos da rede definidos pela Administração”, o que inclui, mas não limita, o uso de recursos nativos da própria solução, desde que:

- (i) sejam instaláveis nos pontos necessários;
- (ii) permitam aferir a experiência do usuário;
- (iii) cumpram a finalidade do requisito.

12. Assim, a interpretação da recorrente é capciosa, ao tentar transformar uma exigência de resultado (medir experiência do usuário em pontos definidos) em uma exigência de meio (sondas independentes do fabricante), o que não se encontra no edital.

13. Desta maneira a solução Huawei permite o monitoramento da experiência do usuário por meio da sua própria arquitetura, que pode ser instalada onde a Administração necessitar. A qual ocorre por meio da coleta de dados dos equipamentos de rede, que fornecem a ferramenta iMaster NCE-Campus/CampusInsight as informações necessárias para a análise de experiência do usuário. É o que se denota de documentação oficial:

[https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US\\_TOPIC\\_0230015413](https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US_TOPIC_0230015413)

14. Denota-se de trecho da documentação que: *“Switches can report data to iMaster NCE-CampusInsight for intelligent switch fault diagnosis and user experience analysis, thereby implementing intelligent O&M”*, o que é traduzido como *“os switches podem enviar dados ao iMaster NCE-CampusInsight para o diagnóstico inteligente de falhas e análise da experiência do usuário, implementando, dessa forma, uma O&M inteligente”*.

15. A recorrente afirma que o CampusInsight realiza medições “apenas passivas”, o que estaria em desacordo com o edital. Novamente, parte de uma interpretação restritiva e não prevista no TR.

**16.** O Termo de Referência não exige medições exclusivamente ativas, nem determina o uso de tráfego sintético ou agentes instalados em estações de trabalho. O edital exige medir a experiência do usuário, o que a solução Huawei executa:

- (i) por meio da telemetria integrada;
- (ii) por meio da observação detalhada da jornada do cliente;
- (iii) com métricas de desempenho de rede diretamente associadas à experiência real do usuário.

**17.** É o que se comprova e denota da documentação oficial da solução, disponível no link:

[https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US\\_TOPIC\\_0000001238746243](https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US_TOPIC_0000001238746243)

*“Huawei's intelligent O&M solution uses Telemetry technology to enable network devices to send O&M data (such as device performance indicators and terminal logs) to Huawei's intelligent network analysis platform iMaster NCE-CampusInsight”*

*“A solução de O&M inteligente da Huawei utiliza a tecnologia de Telemetria para permitir que dispositivos de rede enviem dados de O&M (como indicadores de desempenho do dispositivo e logs de terminais) para a plataforma de análise de rede inteligente da Huawei, o iMaster NCE-CampusInsight”.*

**18.** Sendo assim, a alegação de que apenas sondas ativas atenderiam o edital é equivocada e desprovida de respaldo técnico ou normativo.

**19.** Nessa mesma linha, cumpre destacar que a Recorrente tentar impor, no parágrafo 25 de seu recurso administrativo, que o TRT9 desejaria medições em locais onde não há rede Huawei, o que não está previsto no edital e tampouco seria razoável exigir de um sistema de gerenciamento integrado de rede LAN:

*“25. Com o Huawei CampusInsight, essa liberdade é comprometida: a monitoração fica necessariamente vinculada aos pontos onde há equipamentos Huawei e aos dados que estes conseguem prover. Caso a Administração deseje medir a experiência em um ponto da rede sem um dispositivo Huawei de borda (ou mesmo fora do âmbito LAN, como numa conexão WAN ou internet), a solução não oferece um meio nativo para tal – não há probe móvel que se possa implantar nessa ponta, nem agente de software que rode em um computador realizando testes periódicos.”*

**20.** Fato é, no entanto, que o Termo de Referência trata de medições dentro da solução contratada, e não de sondas independentes para redes externas ou segmentos não contemplados no projeto, de modo que o raciocínio da Recorrente é uma notória deturpação das exigências previstas pelo Termo de Referência do Edital.

**III. Comprovação da solução ofertada em relação à disponibilidade da solução de NAC pretendida – Itens 17.13.1.6 a 17.13.1.8 do Anexo I do Termo de Referência:**

**21.** Em atenção ao recurso apresentado pela empresa recorrente, cumpre esclarecer que a solução ofertada atende integralmente aos requisitos de alta disponibilidade estabelecidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, em especial os itens 17.13.1.6, 17.13.1.7 e 17.13.1.8 do Termo de Referência (TR).

**22.** Novamente, a argumentação da recorrente baseia-se em interpretações parciais e equivocadas da arquitetura Huawei iMaster NCE-Campus, bem como em uma tentativa de induzir, de maneira insidiosa, o entendimento de que o Termo de Referência exigiria uma arquitetura exclusivamente em modo ativo/ativo, quando, na realidade, o que o edital exige é a não interrupção dos serviços em caso de falhas, resultado que pode ser alcançado por diferentes arquiteturas de alta disponibilidade, inclusive a ofertada.

**23.** Denota-se das razões de recurso administrativo a seguinte argumentação:

“34. Assim, ao se analisar a solução single-node com arbitration server da Huawei (iMaster NCE-Campus), à luz das exigências editalícias, constata-se a completa inconformidade técnica da solução, pelas seguintes razões:

a) Ausência de Alta Disponibilidade Local sem interrupção de serviços<sup>6</sup>: a arquitetura em modo single-node, mesmo acrescida de um nó árbitro, não constitui uma alta disponibilidade local efetiva sem interrupção de serviços conforme exigência técnica do edital. Trata-se de um esquema ativo/passivo em que somente um appliance opera de cada vez. Embora haja um servidor de backup, este permanece inativo até ocorrer falha, inserindo interrupção dos serviços e aplicações do ambiente no momento do failover. A Huawei possui outras formas de implementação de cluster como "Minimum cluster", "Distributed cluster" e "Multi-cluster system" justamente para evitar interrupção de serviços em caso de falhas. Essa arquitetura não foi oferecida pela Compwire.

b) O Nó de Arbitragem se destina a Disaster Recovery, não a Zero Downtime<sup>7</sup>: o nó de arbitragem não evita a interrupção dos serviços, ele apenas automatiza a restauração de um serviço que foi interrompido. Há um tempo de comutação (switch-over) intrínseco ao processo de failover. Ao detectar a queda do ativo, o sistema de

arbitragem promove o standby a ativo, operação que leva um intervalo de tempo durante o qual os serviços ficam indisponíveis e são restaurados.

35. Em outras palavras, a arquitetura Ativo/Em Espera (Active/Standby) mediada por um árbitro, introduz um inevitável período de indisponibilidade (downtime) durante a comutação (failover), o que viola a exigência editalícia de continuidade ininterrupta de todas as operações.”

**24.** Conforme se vê, a Recorrente aponta que a arquitetura Huawei iMaster NCE-Campus, no contexto apresentado, é classificada como modo single-node pelo fabricante. Todavia, procura, de forma capciosa, associar essa denominação à ideia de ausência de alta disponibilidade ou de existência de um único ponto de falha, bem como tenta induzir o entendimento de que o TR exigiria necessariamente uma arquitetura de cluster em modo ativo/ativo.

**25.** Porém esta afirmação está incorreta, visto que a solução possui todas os serviços e componentes replicados em servidor secundário, que em caso de falhas, assume totalmente a operação.

**26.** Conforme descrito na proposta, a solução ofertada é composta por dois servidores idênticos, ambos dimensionados para suportar integralmente a solução instalada, garantindo desempenho e estabilidade. Além disso, inclui-se um terceiro servidor, de caráter arbitrário, cuja função é executar o switchover automático em caso de falhas, assegurando a continuidade operacional do ambiente.

**27.** Nesta configuração, os dois servidores, denominados primário e secundário, possuem a mesma configuração de hardware, os mesmos esquemas de serviço e demais componentes operacionais. Conforme estabelecido na documentação, essa solução fornece sincronização em tempo real das bases de dados entre o site primário e o secundário.

**28.** Em caso de falhas, o nó arbitrário atua imediatamente para que os serviços sejam automaticamente chaveados para o servidor secundário, garantindo a continuidade da operação e, consequentemente, o restabelecimento dos serviços do iMaster NCE-Campus.

**29.** É o que se depreende da documentação oficial que embasa a proposta, conforme *link* e indicativos abaixo:

[https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US\\_TOPIC\\_0000001205751626](https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US_TOPIC_0000001205751626)

**Table 1** HA solutions for a DR system

Protection Solution	Description
Active/standby switchover	Two copies of iMaster NCE-Campus with the same hardware configurations, service schemes, and other configurations are deployed at the primary and secondary sites, respectively. Data in each database at the primary site is synchronized to the secondary site in real time based on the corresponding synchronization policy. If the primary site fails, users can immediately manually start the secondary site or the arbitration service automatically starts the secondary site to quickly restore iMaster NCE-Campus services.

**30.** De acordo com o descrito na solução de alta disponibilidade, no caso de hardware com proteção de redundância, os serviços são automaticamente chaveados para o site que permanece em operação normal, assegurando o desempenho contínuo e sem interrupção do sistema operacional do iMaster NCE-Campus e de seus serviços de aplicação.

**31.** Ainda, a proteção de redundância de hardware e dados oferece chaveamento instantâneo sem detecção pela camada de aplicação, conforme descrito em documentação oficial do produto ofertado:

[https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US\\_TOPIC\\_0000001250271601](https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US_TOPIC_0000001250271601)

**Table 1** Hardware HA protection solutions

Protection Type	Protection Solution
Hardware redundancy/Data protection	Server: Power modules and fans work in redundancy mode, NICs work in 1+1 bonding protection mode, the disk cache is disabled, and RAID card cache with battery backup unit (BBU) for power-off protection is supported. <u>Hardware redundancy protection enables instant switchover, which is not detected by the application layer.</u>

**32.** Por fim, a fim de rechaçar a argumentação da Recorrente, indica-se que a documentação oficial do produto ofertado também prevê que *“The switchover does not affect services”* – *“A comutação não afeta os serviços”*:

Data protection	<p>Backup and restoration: The backup and restoration function is provided for data. Data can be backed up periodically or before major changes. If iMaster NCE-Campus data is abnormal, backup files can be used to quickly restore the data to the normal state.</p> <p>Automatic database switchover: Database nodes are deployed in master/slave mode. In normal situations, the database on the master node is readable and writable, while the database on the slave node is read-only. If a service process on the primary node fails, iMaster NCE-Campus automatically switches to the database on the secondary node to provide services. <u>The switchover does not affect services.</u></p>
-----------------	--

33. Referida característica do produto reforça que, em caso de falhas no nó primário, a operação dos serviços é mantida, havendo chaveamento automático para a base de dados do servidor secundário.

34. Feitas essas ponderações, tem-se que a interpretação levantada pela recorrente não encontra respaldo no Termo de Referência nem na documentação técnica da solução, sendo que:

- (i) O TR não exige uma arquitetura ativo/ativo;
- (ii) O que o TR exige é a não interrupção dos serviços, em caso de falha, e a capacidade de que o outro componente assuma todas as operações e funcionalidades;
- (iii) A recorrente tenta vincular, indevidamente, o conceito de “não interrupção dos serviços” à obrigatoriedade de uma arquitetura ativo/ativo, quando, tecnicamente, existem diversas formas de garantir a não interrupção, incluindo arquiteturas de alta disponibilidade em modo active/standby com nó árbitro, como a ofertada.

35. Ou seja, ainda que o modo de implantação seja classificado como single-node pelo fabricante, a solução não se resume a um único servidor isolado: há dois servidores com a solução instalada, sincronização em tempo real e um nó de arbitragem garantindo o switchover automático, conforme descrito no item anterior.

36. Portanto, a tentativa da recorrente de associar “single-node” à ausência de HA ou à violação do item 17.13.1.8 configura interpretação distorcida, descolada tanto do texto do TR quanto do funcionamento efetivo da solução.

#### **IV. Comprovação de adequação e atendimento da solução ofertada em relação à integração funcional da solução de NAC pretendida – Item 17.13.8.1 do Termo de Referência do Edital:**

37. A recorrente afirma que a solução Huawei iMaster NCE-Campus não atende ao item 17.13.8.1 do edital, que exige capacidade de integração do NAC com NGFW dos fabricantes Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto. Contudo, a interpretação apresentada é equivocada e **já foi objeto de diligência formal conduzida por esta nobre equipe julgadora**, que acatou a explicação técnica sobre o atendimento ao requisito.

38. Primeiramente vale destacar que em resposta acatada pelo TRT9, foi esclarecido que:

- (i) o iMaster NCE-Campus realiza integração com NGFW de forma agnóstica a fabricante;



- (ii) utiliza protocolos AAA RADIUS e RADIUS Dynamic Authorization (CoA/DM);
- (iii) e que essa forma de integração é padrão de mercado para interoperabilidade entre NAC e NGFW, compatível com Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto.

**39.** Assim, o entendimento técnico desta Comissão foi de que a ausência de menção nominal a fabricantes específicos não implica ausência de compatibilidade, uma vez que o edital não exige conectores proprietários, mas sim integração funcional, a qual ocorre por meio de protocolos abertos amplamente suportados.

**40.** O item 17.13.8.1 não determina que o NAC possua conectores nativos, APIs dedicadas ou módulos específicos para cada fabricante listado, conforme expõe a recorrente.

**41.** De outro lado, a Recorrente tenta reinterpretar o edital para sugerir que cada fabricante exige um “conector proprietário” (ex.: User-ID API da Palo Alto, RSSO da Fortinet, pxGrid da Cisco, Identity Awareness da Check Point), concluindo que o NAC deveria apresentar módulos dedicados para cada plataforma. Contudo, essa leitura não encontra respaldo no texto do TR:

“44. O documento carece de referências a protocolos de interoperabilidade, interfaces de programação de aplicação (APIs), ou módulos dedicados que viabilizem a comunicação com as plataformas de NGFW de terceiros.”

**42.** Ocorre que nada no edital determina que o NAC deva utilizar mecanismos proprietários; tampouco exige API específica para cada fabricante.

**43.** O que o TR exige é a capacidade de troca de informações entre NAC e NGFW com suporte a segmentação dinâmica e compatibilidade com os principais fabricantes do mercado.

**44.** Esses requisitos são atendidos por padrões amplamente adotados, como RADIUS, RADIUS Accounting e CoA/DM, protocolos que constituem justamente a base técnica de integração entre NAC e firewalls de múltiplos fabricantes, incluindo Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto.

**45.** A recorrente tenta impor a interpretação de que apenas integrações proprietárias ou módulos específicos para cada fabricante atenderiam ao TR. No entanto, o Termo de Referência não exige conectores dedicados para Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto, exige apenas que a solução NAC seja capaz de compartilhar informações de autenticação e contexto com esses firewalls e viabilizar segmentação dinâmica, o que é atendido por meio do uso de padrões abertos amplamente suportados pelos fabricantes mencionados.

**46.** Além disso, a Recorrente menciona ainda supostos "testes laboratoriais infrutíferos". Todavia, além de não terem sido apresentados resultados técnicos validados por este Tribunal, tais alegações contrariam a própria diligência oficial que já reconheceu o atendimento do item 17.13.8.1:

"51. Ademais, em procedimento de diligência, foram conduzidos testes laboratoriais na solução Huawei NCE-Campus com a finalidade de validar a aderência às integrações exigidas. Os testes foram infrutíferos. Não foram localizados templates ou vestígios de integração funcional com os Next Generation Firewalls dos fabricantes requeridos neste certame."

**47.** Conforme se vê, a Recorrente sustenta ter realizado "testes laboratoriais" que supostamente demonstrariam a ausência de integração do Huawei iMaster NCE-Campus com NGFW dos fabricantes listados no edital. Contudo, tais alegações não possuem qualquer valor técnico, probatório ou conclusivo, revelando-se absolutamente frágeis e improcedentes por diversos motivos.

**48.** Em primeiro lugar, a recorrente não apresenta qualquer evidência verificável desses testes. Não há descrição de ambiente, topologia, versões de firmware, licenças utilizadas, parâmetros de configuração, logs, capturas de pacotes, resultados comparativos ou documentação que permita sequer compreender qual cenário teria sido testado. Trata-se de alegação genérica, desprovida de qualquer elemento técnico mínimo que permita aferir autenticidade, metodologia ou validade dos procedimentos supostamente realizados.

**49.** Em outras palavras: não há nenhuma demonstração de que os testes tenham sido realizados com a solução ofertada, nas versões ofertadas, com os componentes ofertados ou segundo as boas práticas de configuração recomendadas pelo fabricante.

**50.** Dessa forma, as conclusões apresentadas não possuem validade técnica e não podem ser utilizadas como subsídio para qualquer análise séria. São alegações sem metodologia, sem documentação, sem vestígios de rastreabilidade e, portanto, sem credibilidade.

**51.** A tentativa de utilizar esses "testes" como argumento de desclassificação revela, na verdade, um esforço de criar artificialmente uma narrativa de não conformidade inexistente, especialmente considerando que este Tribunal já realizou diligência específica sobre o tema, analisou a documentação apresentada e acatou a explicação técnica, reconhecendo que a integração exigida no item 17.13.8.1 é atendida por meio de protocolos abertos AAA e CoA/DM, amplamente suportados pelos fabricantes citados no TR.

52. A recorrente, portanto, não apenas ignora a decisão técnica já proferida pela equipe avaliadora do TRT9, como ainda apresenta ensaios sem qualquer rigor metodológico, sem validação e sem correspondência com a solução ofertada, com o único objetivo de induzir erro no julgamento.

**V. Pleno atendimento da Recorrida aos requisitos do Edital e Termo de Referência – Arguições da Recorrente pautadas em deturpações das cláusulas do Edital – Necessidade de manutenção da declaração de vencedora – Critério de economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa:**

53. Conforme se vê, a COMPWIRE atendeu plena e satisfatoriamente todas as condições do Edital, sendo que a irresignação da Recorrente não passa de uma tentativa frustrada de deturpar as cláusulas previstas pelo instrumento convocatório, em vista de não ter conseguido apresentar o menor preço para a licitação.

54. Fato é que COMPWIRE atende integralmente a todas as exigências e especificações do Edital e Termo de Referência, de modo que deve ser mantida sua declaração de vencedora à luz do princípio da obtenção da proposta mais vantajosa

55. Frisa-se que a obtenção de maior vantajosidade se trata de um princípio no curso do processo de contratação, por meio da economicidade:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

56. O vantajosidade é ainda um dos objetivos buscados no processo licitatório, nos termos do art. 11, inc. I, da Lei nº 14.133/21:

“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

**I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;**

57. A necessidade da obtenção da maior vantajosidade possível no valor a ser dispendido pela Administração Pública em uma contratação é de extrema relevância, conforme pontua Marçal Justen Filho:

**“Existe um dever de a Administração adotar a escolha mais vantajosa para a exploração dos recursos econômicos de sua titularidade.** Como regra, a licitação visa a obter a solução contratual economicamente mais vantajosa para a Administração. [...]

Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. **Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação inclusive porque isso lhe assegurará a possibilidade de satisfazer outras necessidades com os recursos remanescentes.**

O Estado dispõe de recursos limitados para custeio de suas atividades e realização de investimento. Portanto, a vantagem para o Estado se configura com a solução que assegure os maiores benefícios para a aplicação de seus recursos econômico-financeiros. **O Estado tem o dever de realizar a melhor contratação sob o ponto de vista da economicidade. Isso significa que a contratação comporta avaliação como modalidade de relação custo-benefício.**

A economicidade é o resultado da comparação entre encargos assumidos pelo Estado e direitos a ele atribuídos, em virtude da contratação administrativa. Quanto mais desproporcional em favor do Estado o resultado dessa relação, tanto melhor atendido estará o princípio da economicidade. A economicidade exige que o Estado desembolse o mínimo e obtenha o máximo e o melhor. **Em princípio, a economicidade se retrata no menor preço pago pelo Estado ou no maior lance por ele recebido, conforme a natureza da contratação.**<sup>1</sup>

58. É inconteste, assim, a necessidade da manutenção da r. decisão que declarou a COMPWIRE vencedora do processo de contratação em exame, ante o integral atendimento de sua proposta às exigências e especificações do Edital e Termo de Referência.

59. Ademais disso, as alegações do Recurso Administrativo deturpam as cláusulas do Edital, restringem sua interpretação e, portanto, violam o princípio julgamento objetivo, ao suscitar o não atendimento do Edital pela Recorrida quando todas as funcionalidades exigidas foram comprovadas.

---

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021.** São Paulo: Thomson Reuterus Brasil, 2021., p. 144.



**VI. Requerimentos:**

**60.** Ante todo o exposto, respeitosamente e ante a fundamentação supra, requer-se seja negado provimento ao Recurso Administrativo movido pela AIDC TECNOLOGIA LTDA, com a manutenção da declaração de habilitação e vencedora da licitante COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA, e consequente adjudicação e homologação Pregão Eletrônico nº 90022/2025 em seu favor.

Nesses termos,  
Pede-se deferimento.  
Curitiba/PR, 03 de dezembro de 2025.

Compwire Informática Ltda.